

FR.2024.2468**Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)**

Belo Horizonte/MG, 16 de setembro 2024.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO***- Protocolo via Sistema Eletrônico -*

REF.: *Manifestação ao Item 13.1. da Pauta da 79ª
Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 13.1 da Pauta da 79ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º¹, do TAC-Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")², nos termos que se seguem.

1. O referido item de pauta consiste na apresentação do Plano de Ação em Saúde ("PAS") do Município de Colatina/ES e na análise da Nota Técnica nº 96/2024 ("Nota Técnica") emitida pela Câmara Técnica de Saúde ("CT-Saúde"). Por meio da referida Nota Técnica, a CT-Saúde recomendou ao CIF que aprovasse o PAS de Colatina e determinasse à FUNDAÇÃO o prazo

¹ **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

² Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

de 30 (trinta) dias para demonstrar o início das tratativas para execução do PAS. Diante disso, vem a FUNDAÇÃO se manifestar acerca do item posto, nos termos que se seguem.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. Em atenção ao que preveem as Cláusula 05 e 06 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC")³, os projetos, ações e medidas dos programas e projetos devem ser definidos com base em estudos de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do Rompimento da barragem de Fundão.

3. No tocante ao Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada ("PG-14"), este é descrito no TTAC como um dos programas de caráter **reparatório**, tendo por objetivo central a reparação dos impactos à saúde da população que sejam **comprovadamente** decorrentes do rompimento, tendo como referência o retorno à situação anterior ao evento.

4. Nos termos das Cláusulas 111 e 112 do TTAC, caberia à FUNDAÇÃO desenvolver estudos epidemiológicos e toxicológicos para identificar o perfil de saúde da população de forma a avaliar riscos e correlações com o rompimento. Ainda, de acordo com a Deliberação nº 106,

³ **CLÁUSULA 05:** Para desenvolvimento, aprovação e implementação dos PROGRAMAS e PROJETOS deve ser observado, exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

II - A elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis, além das demais disposições deste ACORDO

XIII - Os estudos a serem realizados pela FUNDAÇÃO, por meio dos EXPERTS a partir dos PROGRAMAS previstos no Acordo, orientarão a elaboração e a execução dos PROJETOS, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do EVENTO.

CLÁUSULA 06: A elaboração e a execução, pela FUNDAÇÃO, dos PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão considerar, ainda, os seguintes princípios ("PRINCÍPIOS"), exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

I- A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR.

11- Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS, de forma que todos os PROJETOS, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos PROGRAMAS contenham fundamentação científica, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação elou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do EVENTO.

que aprova as bases mínimas para os estudos, o estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana ("ARSH") seria o primeiro a ser realizado e serviria de base para os demais estudos. Apesar disso, o fluxo de recebimento, avaliação e validação dos PAS, previsto na Nota Técnica nº 62/2022 da CT-Saúde foi aprovado por meio da Deliberação CIF nº 569/2022.

5. Assim, a despeito de a FUNDAÇÃO discordar com o fluxo aprovado por este I. Comitê, notadamente por estar em dissonância com as disposições do TTAC, a FUNDAÇÃO está em diálogo técnico junto à CT-Saúde para que seja possível realizar o devido planejamento das ações para elaboração dos estudos nos territórios e alinhar as respectivas tratativas necessárias junto à comunidade e ao Poder Público.

6. Nesse contexto, a FUNDAÇÃO traz a seguir considerações a respeito do PAS de Colatina, sobre as quais pede esclarecimentos a esse Comitê e à Câmara Técnica para que possa dar cumprimento ao comando da forma mais adequada possível, notadamente em virtude do desarrazoado valor que é apresentado pelo Município.

7. Conforme será demonstrado, a FUNDAÇÃO entende que as questões apontadas a seguir devem ser superadas **antes** da aprovação do referido PAS pelo CIF.

II – CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PAS DE COLATINA

8. Destaca-se de início que a Nota Técnica faz menção à versão do PAS de Colatina datado de julho de 2024, ainda não compartilhado com a FUNDAÇÃO. Em breve histórico, em dezembro de 2022, o Município de Colatina apresentou, durante a 53ª Reunião Ordinária da CT-Saúde, a primeira versão do PAS devidamente comentada pela FUNDAÇÃO, por meio do Ofício nº FR.2023.0077 (**Doc. 01**).

9. Não obstante, o PAS ora submetido à apreciação deste I. Comitê diz respeito à **versão atualizada**, datada de agosto de 2024, fruto de ajustes pelo Município após análise da CT-Saúde e pelo GT-Planejamento, e recomendações contidas no Ofício nº 52/2024, sem observar quaisquer das considerações apresentadas pela FUNDAÇÃO. Conforme se denota da própria

Nota Técnica, a CT-Saúde se reuniu com a Secretaria Municipal de Saúde de Colatina para esclarecer os pontos de divergência existentes sem a participação da FUNDAÇÃO.

10. De toda forma, considerando os limites de responsabilidades e obrigações da FUNDAÇÃO na reparação dos danos causados pelo rompimento, faz-se necessário reiterar alguns excessos que já haviam sido indicados no Ofício nº FR.2023.0077 – **em relação à primeira versão do PAS - e mantidos na nova proposta ora apresentada.**

11. No âmbito da **Atenção à Saúde** (Primária, Média e Alta Complexidade), o Município solicita reforma, ampliação e construção de Unidades Básicas de Saúde no bairro São Silvano (Tipo II), Santa Joana (Tipo I), Maria Ortiz (Tipo I), Itapina (Tipo I), Baunilha (Tipo II), Ambulatório de Especializada, bem como aquisição de equipamentos e mobiliários e contratação de recursos humanos (64 profissionais/equipes de saúde da família e média complexidade). Além disso, o Município pleiteia a ampliação de consultas especializadas, exames laboratoriais e de imagem, locação de 15 (quinze) veículos e ampliação do contrato com a prestadora de serviço de transporte sanitária para disponibilização de 3 (três) vans, além do custeio do combustível, pelo período de 10 (dez) anos.

12. Diante dos pleitos, se faz necessário reiterar que o PG14 é um programa de cunho **reparatório**, que objetiva mitigar e reparar impactos decorrentes do rompimento, atuando em conformidade com as portarias e diretrizes do Sistema Único de Saúde ("SUS"), evitando sobreposições das responsabilidades. Portanto, todas as atividades, ações e medidas demandadas **devem ter correlação com o evento** e, assim sendo, não há registros de que estruturas de atendimento em saúde tenham sido fisicamente impactadas pela passagem da pluma de rejeitos, tampouco o aumento da demanda dos serviços de saúde que extrapolem a capacidade instalada da Rede de Assistência à Saúde Municipal decorrentes do rompimento ensejando a. Assim, faz-se necessário que o Município justifique o pleito formulado com base nas premissas apontadas.

13. No âmbito da **Urgência e Emergência**, o Município solicita

locação de 6 (seis) ambulâncias, do tipo "A", com motoristas e o custeio do combustível por 10 (dez) anos. No entanto, não há evidência de sobrecarga do serviço de transporte sanitário (Urgência/Emergência) ofertado pelo Município que resguarde correlação com o rompimento.

14. Quanto à **Assistência Farmacêutica**, o Município solicita a aquisição de 1 (uma) van, com motorista, custeio do combustível para atuar como uma farmácia itinerante, além da contratação de 02 (dois) farmacêuticos para atuação em 40 horas semanais. Contudo, da mesma forma que no item anterior, não há evidências de sobrecarga do serviço ofertado pelo Município que tenha correlação com o rompimento.

15. Em relação à **Saúde Mental**, o Município solicita a construção/reforma centro de atenção psicossocial modalidade II (CAPS II Sede) e centro de atenção psicossocial modalidade Álcool e Drogas (CAPS AD), com aquisição de equipamentos e mobiliários, locação de 2 (duas) ambulâncias, do tipo "A", e 2 (dois) veículos e o custeio do combustível, além da suplementação de recursos humanos⁴ distribuídos entre as equipes dos centros de atenção psicossocial que compõe a Rede de Atenção Psicossocial ("RAPS"). Ainda assim, não há evidências de danos estruturais, materiais e/ou sobrecarga de serviços ofertados pelo Município que tenham correlação com o rompimento.

16. Por fim, em relação à **Vigilância em Saúde**, o Município solicita locação de 1 (uma) van, 1 (um) veículo 4x4 e 1 (um) veículo, com custeio de motorista e combustível, bem como a suplementação de Recursos Humanos⁵, sem evidências científicas dos possíveis impactos e correlação com o rompimento que justifiquem as intervenções e/ou implementações solicitadas.

17. Para além da ausência do nexo de causalidade entre os pleitos deduzidos pelo Município e o rompimento, destaca-se o vultoso valor que envolve as ações pretendidas no documento, totalizando o montante de R\$ 146.596.475,96 (cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e noventa e

⁴ 15 psicólogos e 4 motoristas.

⁵ 1 engenheiro químico e 2 enfermeiros.

seis mil, quatrocentos e setenta cinco reais e noventa e seis centavos).

18. Diante de tal número é imperioso destacar que, exceto Linhares (com quase 6x mais pessoas que se autodeclararam atingidas no cadastro), nenhum outro Município, inclusive aqueles fisicamente impactados pelos rejeitos decorrentes do rompimento, causando a destruição de comunidades, pleiteou pela execução de medidas reparatórias que chegassem próximo ao valor apontado por Colatina.

19. Com feito, o PAS apresentado pelo Município de Colatina foge de qualquer razoabilidade aceitável diante do fato de que, para além de não demonstrar o nexo de causalidade entre os pleitos efetuados e o rompimento, igualmente não justifica o arbitrário e desarrazoado valor apresentado para a execução das medidas de fortalecimento da rede pública de saúde.

III – CONCLUSÃO

20. Ante o exposto, a FUNDAÇÃO deixa registrado seu posicionamento quanto à necessidade de que os estudos previstos nas Cláusulas 111 e 112 do TTAC sejam finalizados para que os PAS sejam elaborados e, posteriormente, aprovados.

21. De todo modo, a FUNDAÇÃO se coloca à disposição para discutir com CT-Saúde e CIF e alinhar as tratativas necessárias junto à comunidade e ao Poder Público, visando criar um canal de diálogo célere e transparente para melhor atender o interesse dos impactados.

22. Justamente por esse motivo é que a FUNDAÇÃO entende que as questões apontadas na presente manifestação devem ser esclarecidas pelo Município e superadas **antes** da aprovação do PAS pelo CIF, notadamente em relação ao valor proposto, de forma que o plano consiga reproduzir o que fato corresponderia às necessidades do Município no tocante à reparação dos danos sofridos em decorrência do rompimento – ou seja, de acordo com o âmbito de atuação da FUNDAÇÃO –, de forma que questões estruturais de saúde pública e necessidades que não se correlacionam com o evento não



devem fazer parte do PAS ou de qualquer discussão que envolva o CIF ou a FUNDAÇÃO, sendo de exclusiva competência do Poder Público Municipal.

Cordialmente,

FUNDAÇÃO RENOVA

Assinado por:

Melina Marsaro Alencar

D99A524FF53B4BD...

MELINA MARSARO ALENCAR

PROGRAMA DE SAÚDE

DocuSigned by:

Eduardo Pacheco dos Reis e Silva Junior

FEB9E88FB2BE419...

EDUARDO PACHECO DOS REIS E

SILVA JÚNIOR

GERÊNCIA JURÍDICA